

PRODUTIVIDADE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO APRIMORA TALENTOS

TÉCNICO
PORTUGUÊS FORMAL

Novembro
Matutina: 8h30 às 11h
16, 23 e 30
Vespertina: 14h30 às 17h
6 e 13



Professor
Lemes Coêlho
Licenciado em Letras
Ensino Médio e de cursos específicos de
Gramática Aplicada ao Texto.



ORGULHO DE SER ALEGO

O Poder Legislativo, seus representantes políticos e servidores estão sob muitos olhares atentos. Imprensa, Ministério Público, Organizações não Governamentais e população, seja de maneira organizada ou individualmente, observam nossas condutas e estão prontos a questioná-las, algumas vezes equivocadamente.

Humanos que somos, ficamos incomodados quando, a despeito de nossos esforços, os bons resultados são ignorados. Contudo, sabemos que isso é natural no ambiente democrático e ficamos felizes porque a sociedade goiana está avançando na percepção de que todos devem se interessar pela administração pública e dela participar efetivamente.

Não podemos – nem queremos – negar que, durante muito tempo, práticas inaceitáveis foram naturalizadas no meio político. Não ignoramos os fatos

vergonhosos que mancharam a imagem dos três poderes no Brasil. Entretanto, temos a convicção de que estamos mudando essa história e, buscando práticas administrativas mais modernas e transparentes, fazemos crescer, de dentro para fora, a certeza de que esta Casa de Leis nada tem a esconder.

Nesta edição do Jornal Alego, as reportagens traduzem a realidade atual do Parlamento goiano, composta pela inquestionável ascensão de produtividade e de transparência. No cotidiano dessa jornada enquanto servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, somos testemunhas do trabalho sério e de qualidade que aqui tem sido desenvolvido. Por isso temos orgulho de ser Alego! Desejamos que o conteúdo dessas páginas sirva de inspiração e motivação para que você, leitor, faça parte dessa mudança. Boa leitura!

Fique Ligado

REPRESENTAÇÃO

ESCOLA DO LEGISLATIVO



De 8 a 10 de novembro, Goiânia vai sediar o XXX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Uma sessão solene na Alego vai marcar a abertura do evento e a programação será realizada no hotel Golden Tulip, no Setor Oeste. Alguns dos temas discutidos serão a contratação de docentes pelo Serviço Público e os instrumentos tecnológicos a serviço das Escolas de Governo. Além de palestras e da apresentação de projetos das Escolas do Legislativo e de Contas, no encontro também será atualizado o estatuto da Associação e entregue o III Prêmio Cultural da Abel.

CURSOS

RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS

Esse é um dos cursos promovidos pela Escola do Legislativo durante o mês. Entre em contato com a Escola e **programe-se** para participar. Informações no 3221-3162.

LINKS

SIGA A ALEGO

As informações mais importantes do Parlamento estão nas nossas redes sociais. Fique por dentro!



/AssembleiaGO



/tvassembleiagoiias

EDUCAÇÃO

PROJETO POLITIZAR

De 7 a 11 de novembro, o Projeto Politizar realiza uma simulação do processo legislativo, após a abertura simbólica de uma sessão legislativa e a posse dos deputados aprendizes. Os 87 participantes, que receberam treinamento quanto às funções e as rotinas da Assembleia, tiveram até o último dia 27 para enviar seus projetos de lei. A iniciativa contempla todas as fases da tramitação de uma proposição, bem como os papéis exercidos pelos parlamentares, da posse dos deputados às votações plenárias.



Expediente

Diretoria-Geral
Renato Meneses Tôres

Diretoria Administrativa
Joel de Sant'anna Braga Filho

Diretoria de Articulação Política
Marcos Martins

Diretoria de Assuntos Institucionais
Frederico Fonseca Nascimento

Diretoria de Comunicação Social
Túlio Isac Carneiro

Diretoria da Escola do Legislativo
Carlos Henrique Santillo

Diretoria Financeira
Alfredo Monteverde Ferreira

Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência
Paulo Tadeu Bittencourt

Diretoria Legislativa
Marcelo de Araújo Melo

Diretoria Parlamentar
Rubens Bueno Sardinha da Costa

Diretoria de Tecnologia e Gestão
Leonardo Rassi Neto

Diretoria de Gestão de Pessoas
Tasso Honorato Reis Júnior

Deputados

Álvaro Guimarães
Bruno Peixoto
Carlos Antonio
Charles Bento
Cláudio Meirelles
Daniel Messac
Del. Adriana Accorsi
Diego Sorgatto
Dr. Antonio
Eliane Pinheiro
Francisco Jr
Francisco Oliveira
Gustavo Sebba
Helio de Sousa
Henrique Arantes
Henrique César
Humberto Aidar
Isaura Lemos
Iso Moreira
Júlio da Retífica
Jean Carlo

Jeferson Rodrigues
José Nelto
José Vitti
Karlos Cabral
Lívio Luciano
Lincoln Tejada
Lissauer Vieira
Luis Cesar Bueno
Major Araújo
Manoel de Oliveira
Marlúcio Pereira
Marquinho Palmerston
Nélio Leite
Paulo César Martins
Santana Gomes
Sérgio Bravo
Simeyson Silveira
Victor Priori
Virmondes Cruvinel
Wagner Siqueira

Edição
Lethícia Ávila (GO n. 2738)

Redação
Fran Rodrigues (GO n. 2340)

Diagramação
Adriano Abreu

Fotografia
**Carlos Costa
Denise Xavier
Marcos Kennedy
Ruber Couto
Sérgio Rocha
Y. Maeda**
Impressão
Sete Gráfica e Editora



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

CONTROLE DE LEGALIDADE SOBRE REQUERIMENTOS DOS SERVIDORES

Chefe da Seção Administrativa da Procuradoria da Alego, nesta entrevista a procuradora Regiani Dias orienta os servidores sobre estágio probatório e requerimentos como aposentadoria e averbação de tempo de serviço

“O artigo 41 da Constituição Federal define o prazo de três anos de exercício para que o servidor, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, adquira estabilidade”

Em que consiste o estágio probatório?

É o período em que o servidor público é avaliado de forma a se constatar se ele atende aos requisitos para o desempenho do cargo. Esses requisitos se referem ao interesse do serviço, adequação, disciplina, assiduidade e outros. O artigo 41 da Constituição Federal define o prazo de três anos de exercício para que o servidor, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, adquira estabilidade. Já o inciso 4º do mesmo artigo dispõe como condição para a aquisição da estabilidade, obrigatoriamente, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Qual o papel da Procuradoria da Alego nos processos administrativos de requerimentos de servidores?

No tocante aos processos administrativos que tratam de requerimentos dos servidores, a Procuradoria da Assembleia Legislativa de Goiás, por intermédio da Seção Administrativa, opina, via parecer, acerca de sua legalidade. Em regra, esses requerimentos têm por objeto a concessão de gratificação adicional de tempo de serviço público, gratificação de aperfeiçoamento, abono de permanência, aposentadoria, pensão, mudança de padrão, isenção de imposto de renda, licença-prêmio, dispensa de expediente ou licença para frequência de cursos de mestrado ou doutorado, licença-maternidade, auxílio-funeral e outros.

Em que circunstâncias o servidor pode requerer averbação de tempo de serviço?

A averbação de tempo de serviço, na Alego, somente pode ser realizada pelo servidor efetivo, uma vez que o servidor ocupante de cargo em comissão, por ser vinculado ao regime geral de previdência social, deverá requerê-la no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Assim, o servidor efetivo que tiver trabalhado em outro local antes de ingressar neste Poder, poderá requerer a averbação de tempo de serviço para que seja computado, conforme o caso, para obtenção de aposentadoria, gratificação adicional por tempo de serviço público ou licença-prêmio.

Que documentos são necessários para dar início ao processo?

Esse processo de averbação tem início com o protocolo do requerimento, cujo modelo está disponível na intranet, sendo necessária a apresentação da via original dos seguintes documentos:

- Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS, para os casos de vinculação ao regime geral de previdência social;
- Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo órgão público onde o serviço tenha sido prestado, quando o tempo de serviço for vinculado ao regime próprio de previdência social de outro ente da federação (União, Estado, Distrito Federal ou Município);
- Histórico funcional emitido pelo órgão de origem, conforme modelo elaborado pela Goiasprev, quando o servidor quiser averbar tempo de serviço prestado ao Estado de Goiás.

Vale lembrar que, para fins de aposentadoria, deverá ser obrigatoriamente apresentada a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), acompanhada dos valores das remunerações de contribuição a serem utilizados no cálculo dos proventos de aposentadoria.

Quando o servidor atende aos requisitos constitucionais para se aposentar, que procedimentos são adotados?

Preenchidos os requisitos previstos na Constituição Federal e, caso o servidor efetivo da Alego deseje passar para a inatividade, deverá protocolar o requerimento de aposentadoria, disponível na intranet. Concluída a instrução do processo, e havendo manifestação favorável da Procuradoria-Geral da Casa, a aposentadoria ocorre com o deferimento do pedido, pelo presidente deste Poder e, na sequência, com a respectiva publicação do ato no Diário da Assembleia. Após a inclusão dos proventos na folha de pagamento e passagem pelo Controle Interno, o processo é enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás para registro.

Caso o servidor preencha os requisitos para se aposentar, mas opte por permanecer em atividade, receberá o abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, que será devido até o momento em que implementar os requisitos para concessão da aposentadoria compulsória.

Nesse ponto, destaca-se que a Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, mais conhecida como PEC da Reforma da Previdência, poderá impor modificações também ao abono de permanência. Caso seja aprovada a Reforma, a concessão desse abono passará a ser facultativa, de acordo com os critérios a serem estabelecidos por cada ente federativo, e o abono será equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária.

ASSEMBLEIA ESTIMULA QUALIFICAÇÃO DE SEU Q

A Casa oferece incentivos à formação continuada de servidores efetivos. Aos comissionados não é permi

Os trabalhadores da iniciativa privada, muitas vezes assombrados pela possibilidade sempre iminente de demissão, costumam ficar mais atentos à necessidade de atualizar conhecimentos e valorizar o currículo por meio de cursos, palestras etc. No serviço público, sobretudo para servidores estáveis, continuar estudando não é pré-requisito para manter o emprego, mas pode ser essencial para obter mais sucesso e reconhecimento na profissão.

A resolução 1.073 é um dos dispositivos legais que regulam os direitos e deveres dos servidores da Alego. No artigo 277, ela aponta que “é dever do servidor diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural”. Para isso, a mesma resolução elenca diversos mecanismos, por meio dos quais a Assembleia incentiva o constante aprimoramento de seus colaboradores. A **Escola do Legislativo** é o principal deles, com oferecimento de diversas atividades pedagógicas, algumas voltadas a todos os servidores e outras que contemplam temas específicos de cada setor.

Todos os benefícios ocorrem mediante um processo prévio, que envolve a apresentação de documentação comprobatória e avaliação da demanda pelos gestores e Procuradoria da Casa. O conteúdo das aulas e pesquisas precisa ser de interesse público e contribuir para o melhor exercício da função.

“O conhecimento adquirido com os estudos continuados sempre auxilia na realização de um trabalho com mais qualidade, que é o retorno que podemos oferecer à Assembleia pela contribuição e apoio concedidos”

Herberth Duarte, pesquisador legislativo

“Qualificação é exigência de trabalho. H muda rápido Tudo evolui e de uma hora p Quem não est fica para trás”

Alessandra Sousa, a

Horário especial (art. 53)

Quando o servidor é estudante, ele pode registrar a entrada e a saída com até meia hora de diferença do horário padrão, desde que sem prejuízo da jornada semanal. Se houver incompatibilidade entre o horário escolar e o horário da Assembleia, o servidor deve pleitear um horário especial. Para isso, é preciso fazer um requerimento formal à direção da Casa e apresentar semestralmente o comprovante de frequência escolar.

Licença remunerada (art. 185)

O servidor efetivo que participa de curso diretamente vinculado às suas atribuições na Alego pode ser autorizado a se afastar do trabalho sem deixar de receber. Essa licença remunerada é concedida para frequência em doutorado, mestrado, especialização, treinamento ou aperfeiçoamento, quando as atividades são presenciais e fora da sede de lotação. Se o curso for localizado em Goiânia ou região de fácil acesso, a licença não é permitida, mas sim a dispensa do expediente nos dias e horários necessários.

O servidor beneficiado não poderá pedir exoneração ou ser cedido para outro órgão durante o mesmo período da licença. Por exemplo, quem usufruiu de uma licença remunerada para qualificação por dois anos, precisa trabalhar na Casa por mais pelo menos dois anos. Caso contrário, a lei o obriga a ressarcir a Alego pelo período não trabalhado. Assim, a medida garante que a administração pública será recompensada pelo investimento na qualificação do servidor.

Ressarcimento (art. 279, parágrafo único)

A Casa também admite a possibilidade de “conceder facilidades, inclusive financeiras, ao servidor efetivo que inscrever-se, por iniciativa própria, em cursos de pós-graduação *Stricto sensu* ou *Lato sensu*, não oferecidos pela Escola do Legislativo”. Com essa base legal, o servidor que arcar com mensalidades de curso de aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado aciona o direito de requerer a devolução desses valores. Para garantir que os ressarcimentos sejam realizados, a Assembleia mantém dotação orçamentária específica e de caráter permanente.

QUADRO PROFISSIONAL

nitido conceder os mesmos benefícios, mas a qualificação gera oportunidades na carreira

continuada
o mercado
hoje o mundo
demais.
se modifica
para outra.
uda

assessora parlamentar

“Todo o suporte que obtive para formação me ofereceu condições de desenvolver conhecimentos e habilidades sem os quais não conseguiria assumir tarefas mais complexas”

Lucília Cunha, assessora da Diretoria-Geral

Adicional de aperfeiçoamento (Lei nº 17.036/10)

Ao alterar dispositivo legal anterior, essa lei determinou que os servidores efetivos, mesmo em estágio probatório, recebem uma gratificação, como recompensa por possuir grau de instrução superior ao exigido pelo cargo.

Em valores não cumulativos, quem exerce função de nível médio e possui formação universitária recebe mais 20% sobre o vencimento-base; o servidor que conclui uma especialização tem direito à gratificação de 25%; para o servidor com título de mestre, o valor acrescido é de 30% e, ao concluir o doutorado, o servidor conta com o adicional de 35% sobre o salário-base.

ELES APROVEITAM AS OPORTUNIDADES

O pesquisador legislativo Herberth Duarte é exemplo de dedicação aos estudos. Quando entrou na Casa, em 2007, já era graduado em Ciências Sociais pela UFG e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas. De 2009 a 2012, graduou-se em Economia e depois ingressou no programa de doutorado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. “Solicitei licença para aperfeiçoamento por 14 meses, mas intensifiquei os estudos e, em apenas um semestre, consegui completar a carga horária exigida, utilizando apenas sete meses da licença concedida”, detalha.

Herberth avalia que sua trajetória acadêmica tem refletido direta e indiretamente sobre seu desempenho na Seção de Assessoramento Temático, responsável por subsidiar os parlamentares e a Procuradoria da Casa com a produção de textos técnicos. “Seja em um estudo de impacto orçamentário ou na redação de uma justificativa a projeto de Lei, o conhecimento adquirido com os estudos continuados sempre auxilia na realização de um trabalho com mais qualidade, que é o retorno que podemos oferecer à Assembleia pela contribuição e apoio concedidos”, exemplifica.

Lucília Cunha é comissionada na Alego desde 2009. Quando ingressou exercia funções de auxiliar administrativo. De lá para cá ela formou-se em Direito, fez uma especialização na área administrativa, além de ter realizado vários cursos pela Escola do Legislativo. Atualmente assessora da Diretoria-Geral, a servidora relata que também fez um curso de Controle Externo oferecido pelo Tribunal de Contas do Estado e recebeu o apoio

da Casa para participar de alguns congressos de Direito Administrativo em Goiânia. “Todo o suporte que obtive para formação me ofereceu condições de desenvolver conhecimentos e habilidades sem os quais não conseguiria assumir tarefas mais complexas”, analisa Lucília.

Alessandra Sousa, que ingressou na equipe de Comunicação da Presidência da Casa em maio deste ano, aposta no aprofundamento, mas também na diversificação dos conhecimentos. Formada em jornalismo e pós-graduada em Marketing, atualmente ela está se especializando em Inteligência Digital e, ainda, cursa o 1º período da graduação em Direito. “Estudar é criar uma linha de conhecimento que se expande toda vez que você aprende uma coisa nova. O melhor de tudo é que isso é algo seu, ninguém pode tirar”, reflete.

Ao destacar a velocidade das mudanças no mercado de trabalho, a servidora define a capacitação como uma exigência. “Seja no serviço público ou privado, continue sua qualificação sempre e busque seu melhor. Isso pode ajudar a abrir muitas portas para o desenvolvimento profissional”, aconselha Alessandra.

Há 10 anos como servidor deste Poder, Herberth aproveita a oportunidade para opinar sobre a política de Gestão de Pessoas. “Acho importante que a Casa mantenha e amplie os mecanismos que encorajam os seus servidores a estudar. É imprescindível que a Alego implemente gestão baseada em competências, a fim de realizar um levantamento completo da formação acadêmica de seus servidores, bem como de suas habilidades, para otimizar a utilização dos recursos humanos disponíveis”, sugere.

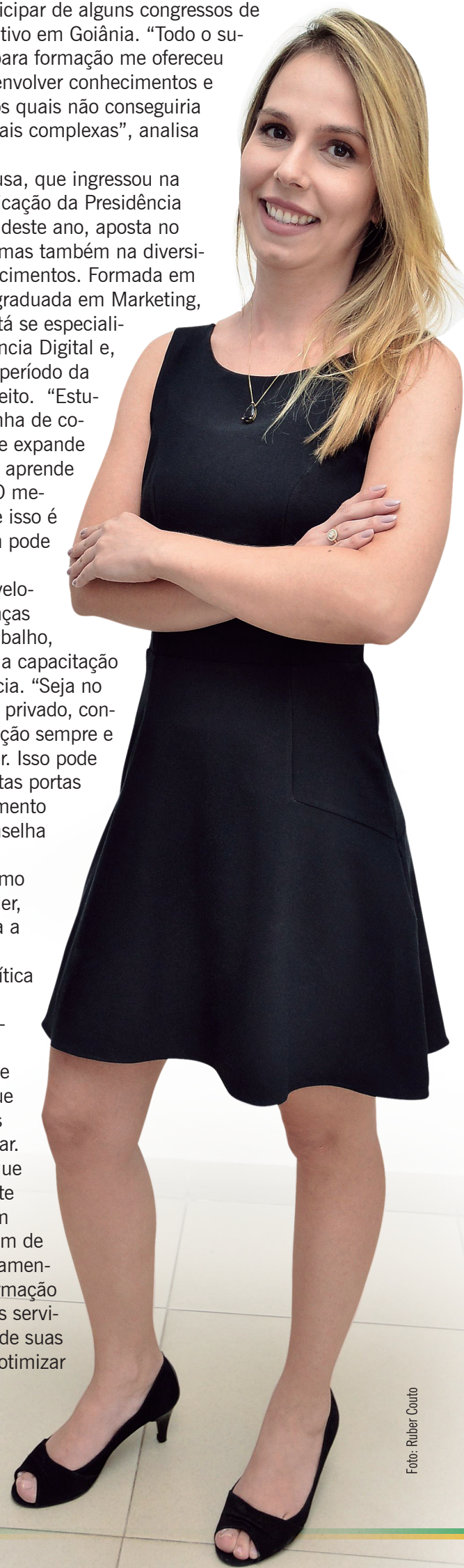


Foto: Ruber Couto



NOVOS SERVIDORES

De 25 a 27 de outubro, os 15 novos servidores efetivos que tomaram posse no último mês participaram da 5ª edição da Semana da Integração. Aprovados no Cadastro de Reserva do concurso público que a Casa realizou em 2015, passam a fazer parte da Alego: uma jornalista, nove pesquisadores legislativos, dois assistentes de suporte em TI, dois assistentes administrativos e um técnico em processamento de dados e telecomunicações.

CAMPANHA

OUTUBRO ROSA

Luzes rosas iluminaram o prédio da Assembleia para lembrar sobre a importância de prevenção contra o câncer de mama. Em outubro, a Casa também realizou oficinas e palestras sobre o tema, além de uma campanha de doação de lenços para as pacientes em tratamento no Araújo Jorge e no Hospital das Clínicas.



Sérgio Rocha



NOVA IMAGEM

SLOGAN

Você notou a diferença na frase que acompanha o brasão da Alego? Nosso slogan agora é a “A Casa do Povo”, uma mudança que condiz com a função representativa da Assembleia.

GUIA DE IDENTIDADE VISUAL

A mudança do Slogan integra um processo que renova toda a imagem da Assembleia. Na intranet, você encontra o Guia de Identidade Visual, que ensina a forma adequada de utilizar a marca da Alego em propostas como sinalização interna, papelaria e comunicação institucional.

ALÊ

Como parte dessas mudanças estratégicas, a Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa desenvolveu a Alê, que passa a ser a voz da Assembleia nas redes sociais. A personagem tem o objetivo de atrair diferentes públicos e tornar o conteúdo informativo produzido pela Alego ainda mais acessível à sociedade. No endereço elaale.al.go.leg.br e nas redes sociais da Casa, você pode acompanhar as novidades trazidas por essa nova servidora, que “não é tagarela, mas adora uma boa conversa”.

CORAL

Na manhã de 21 de setembro, o Coral dos Servidores da Alego retomou suas atividades, com a classificação vocal dos inscritos. Sob regência do Maestro Wilmar Otaviano, o grupo realizou o primeiro ensaio no dia 25. Podem participar do coral os servidores da Casa, tanto ativos quanto aposentados, bem como seus dependentes.

Carlos Costa



QUALIFICAÇÃO INTERNACIONAL



Servidores da Alego participaram da 27ª edição do maior encontro mundial de lideranças do segmento tecnológico, o Gartner Symposium / ITxpo, realizado em Orlando (EUA), entre os dias 1º e 5 de outubro. Estiveram no evento a secretária de Tecnologia da Informação, Pollyana Moraes; a chefe da Divisão de Planejamento

e Governança, Vanessa Leonardo; o chefe da Divisão de Inovação e Resultados, Heber Nogueira e o chefe da Assessoria Adjunta de Infraestrutura, Adriano Côrtes. Os servidores retornaram ao trabalho cheios de ideias e desafios.

Denise Xavier



DIA DAS CRIANÇAS

Dia solidário da criança para mais de 50 meninos e meninas assistidos pela Creche Espírita Luz do Caminho.

CANTEIRO DE OBRAS ON-LINE

Assembleia disponibiliza informações sobre o andamento das obras da nova sede. O hotsite facilita o acompanhamento e amplia transparência no processo da construção

Lançado no dia 6 de outubro, o hotsite “Construindo a Casa do Povo, a Casa de todos”, que pode ser acessado no endereço sede-alego.al.go.leg.br, foi uma das estratégias encontradas pela Assembleia para informar a sociedade sobre o atual estágio das obras da nova sede. Além de recontar a

trajetória da construção e disponibilizar documentos como projetos e licitações, a publicação também explica a necessidade de transferir o local onde funciona o Poder Legislativo

estadual. “Com a construção da sede da Alego, a área de preservação ambiental do Bosque dos Buritis vai ser entregue para a Prefeitura de Goiânia intensificar a proteção da fauna e flora da região”, exemplifica o site.

O diretor-geral da Alego, Renato Meneses Tôrres, acrescenta outros motivos. “O Palácio Alfredo Nasser, onde atualmente encontra-se a Assembleia, não pertence ao Poder Legislativo. Essa sede do Setor Oeste foi permutada com a Prefeitura de Goiânia, pela área da futura sede, no Setor Parque Lozandes. O prédio atual encontra-se em área imprópria, não oferecendo condições de conforto, trafegabilidade e segurança”.

Mudar para melhor

Enquanto o prédio atual possui apenas 9 mil m² de área construída, a nova sede prevê instalações de 44 mil m², o que vai possibilitar, por exemplo, maior integração com a Escola do Legislativo, que hoje funciona em uma casa alugada nas proximidades da Alego.

Em relatório recente, a Seção de Ambientação e Projetos demonstrou que a sede atual possui também problemas de permeabilidade do solo, que geram gastos para os cofres públicos, e de acessibilidade, como a falta de vagas de estacionamento, que conturba o trânsito local. O novo prédio vai conferir mais segurança e conforto a todos. O projeto conta com estrutura para monitoramento de acesso, estacionamento e espaços adequados ao aparato tecnológico da Alego, que será armazenado e utilizado apropriadamente.

Como a obra foi interrompida diversas vezes, foi preciso verificar as instalações e definir se havia necessidade de reparos. No ano passado, durante a gestão do então presidente deputado Helio de Sousa, a empresa CCB desenvolveu um estudo técnico e garantiu que as estruturas já construídas não estavam comprometidas. “Foram essenciais as medidas tomadas pela gestão anterior no sentido de desativar questões administrativas e burocráticas pendentes, cabendo a esta gestão empenhar esforços para licitar a obra e os projetos complementares”, descreve Renato.

O projeto estrutural encontra-se na fase final de atualização e a próxima etapa será a licitação. “Até o final do ano, acreditamos que um novo edital será lançado e até abril ou maio devemos ter a retomada das obras”, estimou o presidente José Vitti. Entretanto, a gestão é transparente quanto à data de entrega. “Estamos conscientes de que a conclusão só será possível apenas na outra legislatura. Portanto, à outra gestão caberá concretizar o que hoje se constitui um sonho”, define o diretor-geral.

A CASA DO POVO: POR MAIS VOZES DE UM PLURAL COMUM



Por Gabriella Gouvêa | TV Assembleia

Quando o seu Carlindo abriu o portão da casa dele para a nossa equipe, o imponente pé de jabuticaba logo me encheu os olhos. Acostumada a ficar dependurada em galhos como aqueles, durante as férias no interior de Minas Gerais, eles jamais passariam despercebidos por mim. E assim que eu comecei a falar, ainda apreciando tanta beleza, o seu Carlindo se antecipou: “e está todo florido, não é?!” Era sim. Eu concordei, aos risos, com ele, me dando conta do quanto é maravilhoso esse inesperado que a descoberta do Outro causa na gente. Horas antes, quando cheguei à redação da TV Assembleia e soube que a minha pauta era sobre um projeto de lei para deficientes visuais, eu tinha em mãos pouco mais do que o nome e o endereço do seu Carlindo, um senhor de meia idade que perdeu a visão aos 10 anos.

E o inesperado das descobertas de tantos Outros tem se mantido, dia após dia, nas muitas histórias que fazemos questão de contar e que se exibem aos olhos do próprio Legislativo e de quem nos assiste. Afinal, não se faz uma Assembleia com uma só pessoa, assim como não se faz um Parlamento sem que essas pessoas tenham direito àquilo que o próprio termo traz inscrito em si mesmo: voz. Quando damos a oportunidade para que cidadãos como o seu Carlindo nos conte a sua história e, mais do que isso, contribua com um projeto de lei sobre o qual ele tem legitimidade para falar, oferecemos ao Legislativo formas de aprimorar uma de suas grandes funções: a elaboração das leis.

As Assembleias, como instituições políticas, assumem para si o papel de instrumento garantidor da soberania do povo, soberania essa que só se constrói na medida em que as Assembleias são capazes de dar voz e de ter voz. Mas se, por um lado, essa última capacidade se liga muito mais às relações que as casas legislativas estabelecem com os outros poderes instituídos, a capacidade de dar voz tem a ver com as relações que as Assembleias estabelecem com o próprio povo e vice-versa. É preciso que haja, portanto, disposição para falar e para ouvir, disposição para descobrir o Outro.

O reconhecimento da escuta como ato fundamental para a atuação do Parlamento, assim como da necessidade de aperfeiçoá-lo cada vez mais, se reflete na adoção de um novo slogan por esta Casa. Também estão refletidas aí cada uma das 56 mil pessoas que visitam a Assembleia goiana todos os meses e a importância de deixá-la sempre mais acessível a todos. Afinal, sem pluralidade o Poder não se faz legítimo e nem representativo.

E foi assim, com o pé de jabuticaba todo florido a nos espiar, que eu descobri o seu Carlindo, esse homem que transborda força e alegria.

ALEGO SE PREPARA PARA IMPLANTAR NOVO MÉTODO DE AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

Ainda em 2017, a Assembleia vai modificar a metodologia por meio da qual avalia o desempenho dos servidores. O modelo escolhido é a avaliação por competências

Em 2015, o decreto administrativo nº 2.645 instituiu a avaliação dos servidores da Casa, com o objetivo de acompanhar a execução das tarefas e gerar mais aproveitamento. Até 2016, a avaliação era feita trimestralmente e o desempenho dos servidores, analisado pelos chefes imediatos, com os critérios assiduidade, pontualidade, disciplina, eficiência, aptidão e desempenho. “O servidor era avaliado em cada item, podendo receber três tipos de nota. ‘A’ corresponde a desempenho mais que suficiente; ‘B’ destinado a aproveitamento suficiente; e ‘C’ para o insuficiente”, explica o chefe da Seção de Avaliação, Leandro Caldeira Brito.

Com a instauração do Conselho Gestor de Pessoas, no início deste ano, uma das primeiras questões deliberadas foi a necessidade de reformular o processo avaliativo. O órgão colegiado decidiu adotar a avaliação por competências, que considera o indivíduo em uma perspectiva mais abrangente. “Ainda este ano passaremos a adotar um novo questionário, cujos critérios são adaptabilidade, comprometimento, cooperação, desempenho no trabalho, disciplina, relacionamento interpessoal e responsabilidade”, elenca Leandro.

O que muda

Considerado uma das formas mais modernas de avaliação e uma ferramenta estratégica baseada em competências e habilidades, o método promete resultados mais precisos e vinculados às metas organizacionais. “Com esses dados, será possível subsidiar a

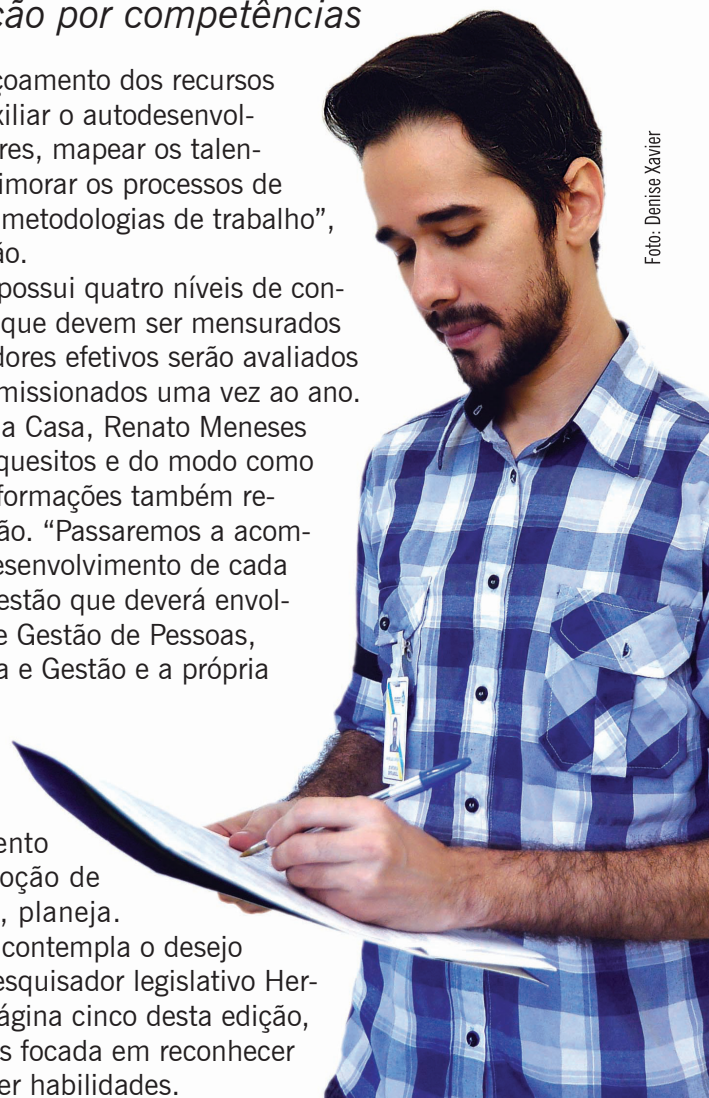
capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos, orientar e auxiliar o autodesenvolvimento dos colaboradores, mapear os talentos dos servidores e aprimorar os processos de lotação, melhorando as metodologias de trabalho”, enfatiza o chefe da Seção.

O novo questionário possui quatro níveis de conduta para cada critério, que devem ser mensurados pelo avaliador. Os servidores efetivos serão avaliados semestralmente e os comissionados uma vez ao ano.

Para o diretor-geral da Casa, Renato Meneses Tôrres, a alteração dos quesitos e do modo como o formulário colhe as informações também resulta em maior integração. “Passaremos a acompanhar o histórico de desenvolvimento de cada servidor. Esta é uma questão que deverá envolver, além da Diretoria de Gestão de Pessoas, a Diretoria de Tecnologia e Gestão e a própria Escola do Legislativo, no sentido de pensar em métricas e também de oferecer suporte para levantamento de necessidades, promoção de cursos e treinamentos”, planeja.

A mudança também contempla o desejo de servidores como o pesquisador legislativo Herberth Duarte, que, na página cinco desta edição, sugeriu uma gestão mais focada em reconhecer competências e promover habilidades.

Foto: Denise Xavier



NADA A ESCONDER

Portal da Transparência é avaliado como mecanismo eficiente de fiscalização e participação popular

Na Alego, a integração entre departamentos, essencial à correta publicação das informações, tem sido um diferencial. As diretorias Geral e Financeira, por meio da Assessoria Adjunta de Folha de Pagamento, têm trabalhado no cruzamento de dados com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Tecnologia da Informação para que as despesas com pessoal sejam periodicamente publicadas da melhor e mais acessível forma.

Outras iniciativas são a disponibilização dos contracheques aos servidores via sistema de Gestão de Pessoas, inclusive por acesso externo; e seu encaminhamento, via endereço eletrônico devidamente cadastrado, aos servidores aposentados e pensionistas.

Este conjunto de medidas represen-

ta apenas o início de um processo de aperfeiçoamento de nossos sistemas. O compromisso de transparência assumido pelos dirigentes da Casa foi também abraçado pela equipe responsável. Estamos empenhados em entregar um trabalho cada vez mais completo.

Enquanto servidores da Casa e principalmente como cidadãos, podemos participar de decisões também de formas indiretas. Acompanhar posicionamentos e realizações dos nossos dirigentes do setor público é assumir a responsabilidade que nos cabe de contribuir. As ferramentas de buscas e comunicação com a Administração estão acessíveis e disponíveis para cada um fiscalizar, apontar melhorias e correções, sugerir novos mecanismos e saudar as iniciativas de sucesso.



Por Egnaldo Lopes | Folha de Pagamento

As ferramentas de busca no Portal da Transparência da Assembleia já são de conhecimento do cidadão, mas nunca é demais lembrar, inclusive aos próprios servidores, que essa possibilidade de acompanhar os gastos públicos se configura como instrumento de participação política efetiva e responsável. Reivindicar melhorias passa pelo processo de entender como é a realidade da Casa.